



Odete Medauar

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores
ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, PROFESSORES DE
DIREITO, MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO,
MEMBROS DA ADVOCACIA PÚBLICA, MEMBROS
DA MAGISTRATURA.

“Controle da Administração Pública” é tema de permanente atualidade, ante a relevância desta fiscalização em todas as épocas. A cada espaço de tempo surgem novas perspectivas nesse âmbito e, mesmo, novos mecanismos em razão do avanço tecnológico. Daí o crescente interesse por seu estudo, expresso em grande número de livros e artigos na matéria, na criação de disciplinas a respeito, nos Programas de Pós-Graduação, nas palestras, congressos e eventos jurídicos, por exemplo.

A nova edição deste livro recebeu atualização e ampliação, acolhendo a recente literatura nacional e estrangeira sobre o tema.

Que este livro possa contribuir para que se aprimorem, com equilíbrio e eficiência, os controles exercidos sobre a Administração Pública e propiciar bases de relevo aos estudiosos do Direito Público.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001763

M488c Medauar, Odete
Controle da Administração Pública/ Odete Medauar. 4. ed. – Belo Horizonte:
Fórum, 2020.
231p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-009-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Controle da Administração Pública*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 231p. ISBN 978-65-5518-009-1.

Odete Medauar é Livre-Docente, Doutora e Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (aposentada). Especialista em Direito Público pela Universidade de Liège – Bélgica. Presidente do Conselho Curador da Fundação Arcadas.

APRESENTAÇÃO À 4ª EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO À 3ª EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
ACEPÇÕES DO TERMO CONTROLE	21
1.1 Etimologia.....	21
1.2 Acepções	22
CAPÍTULO 2	
NOÇÃO DE CONTROLE.....	25
2.1 Conceito	25
2.2 Caracterização	27
CAPÍTULO 3	
TIPOLOGIA DOS CONTROLES	33
3.1 Enumeração, tipologia, classificação	33
3.2 Diversidade na tipologia	33
3.2.1 Tipologias clássicas.....	34
3.2.1.1 Tipologia de Bergeron.....	34
3.2.1.2 Tipologia de Censio.....	35
3.2.1.3 Tipologia de Braibant, Questiaux e Wiener	37
3.2.1.4 Tipologia de Giannini	38
3.2.1.5 Tipologia de Seabra Fagundes e Caio Tácito.....	38
3.2.1.6 Tipologia de Hely Lopes Meirelles	39
3.2.2 Tipologias menos antigas	39
3.2.2.1 Tipologia de Chapus	40
3.2.2.2 Tipologia de Carabba.....	40
3.2.2.3 Tipologia de D’Auria.....	40
3.2.2.4 Tipologia de Mercati	41
3.2.2.5 Tipologia de Sorace	41
3.2.2.6 Tipologia de Casetta.....	41
3.2.2.7 Tipologia de Floriano de Azevedo Marques Neto.....	41
3.2.2.8 Tipologia de Jacqueline Morand-Deviller.....	42
3.2.3 Tipologia adotada.....	42
3.3 Controle sobre pessoa e controle sobre atividade.....	44
3.4 Controles permanentes ou contínuos e controles não permanentes e descontínuos.....	45
3.5 Impasses do controle e proposta de reforma do sistema de controle.....	46
3.6 Controles e os novos preceitos da LINDB	47
CAPÍTULO 4	
CONTROLES INTERNOS	49
4.1 Terminologia.....	49
4.2 Conceito	51
4.3 Finalidades.....	52
4.4 Tipologia	54
4.5 Critério do órgão ou agente controlador.....	55
4.5.1 Autocontrole	55

4.5.2	Controle hierárquico	56
4.5.3	Supervisão	59
4.5.4	Inspeção, auditoria, correição	59
4.5.4.1	Inspeção.....	60
4.5.4.2	Auditoria	61
4.5.4.3	Correição	61
4.5.5	Ouvidor	62
4.5.6	Pareceres vinculantes	63
4.5.7	Comissões de ética.....	66
4.6	Critério relativo ao aspecto da atuação controlada	67
4.6.1	Controle de legalidade, controle de mérito e de ambos.....	67
4.6.2	Controle de gestão	67
4.6.3	Controle de eficiência, controle de eficácia, controle de economicidade	72
4.6.4	Controle contábil-financeiro	75
4.6.5	Controle da ética	77
4.7	Termo de ajustamento de gestão – TAG.....	79

CAPÍTULO 5

	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	81
5.1	Considerações gerais.....	81
5.2	Descentralização e controle	82
5.3	Terminologia.....	85
5.4	Finalidades do controle sobre a Administração indireta	86
5.5	Controle da Administração indireta e hierarquia	88
5.6	Modalidades de controle	90
5.7	Delineamento do controle sobre a Administração indireta no ordenamento brasileiro.....	92

CAPÍTULO 6

	CONTROLE PARLAMENTAR.....	95
6.1	Terminologia.....	95
6.2	Controle parlamentar e regime de governo.....	96
6.3	Dificuldades do controle	97
6.4	O controle parlamentar na França.....	98
6.5	O controle parlamentar na Inglaterra	100
6.6	O controle parlamentar nos Estados Unidos.....	101
6.7	O controle parlamentar no Brasil	103
6.8	Aprimoramento do controle parlamentar	110

CAPÍTULO 7

	CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	113
7.1	Controle financeiro externo.....	113
7.2	Tipologia do controle financeiro externo	115
7.3	O Tribunal de Contas na Itália.....	116
7.4	O Tribunal de Contas na França.....	120
7.5	O Órgão de Contas na Inglaterra	122
7.6	Natureza do Tribunal de Contas em Portugal e na Espanha.....	123
7.6.1	Portugal.....	123
7.6.2	Espanha	124
7.7	O Tribunal de Contas no Brasil	124
7.7.1	História institucional.....	124
7.7.2	Atribuições do Tribunal de Contas	126
7.7.2.1	Matérias e aspectos.....	126
7.7.2.2	Rol de atribuições	129
7.7.3	Natureza do Tribunal de Contas.....	137

7.7.4	Natureza das funções do Tribunal de Contas	139
7.7.5	Aprimoramento do Tribunal de Contas.....	140
CAPÍTULO 8		
O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PELO OMBUDSMAN		143
8.1	Terminologia.....	143
8.2	Noção.....	143
8.3	Origem.....	143
8.4	Expansão	144
8.5	O <i>Ombudsman</i> na Suécia	145
8.6	O <i>Ombudsman</i> na Inglaterra	147
8.7	O <i>Defensor dos Direitos</i> na França.....	148
8.8	O <i>Provedor de Justiça</i> em Portugal	149
8.9	O <i>Defensor do Povo</i> na Espanha	150
8.10	O <i>Defensor do Povo</i> na Argentina.....	151
8.11	O <i>Defensor do Povo</i> no Peru	152
8.12	O Brasil e o <i>Ombudsman</i>	153
8.13	Apreciação	155
CAPÍTULO 9		
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO		157
9.1	Considerações preliminares	157
9.2	História institucional.....	158
9.3	Há controle do Ministério Público sobre a Administração Pública?	161
9.4	Atuações extrajudiciais do Ministério Público no controle sobre a Administração	162
9.5	Nota sobre o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	165
CAPÍTULO 10		
NOVOS CONTROLES: CONTROLE SOCIAL E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....		167
10.1	Considerações preliminares	167
10.2	Controle social.....	168
10.3	Controle das políticas públicas.....	174
CAPÍTULO 11		
CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO		181
11.1	O controle jurisdicional.....	181
11.2	Aspectos terminológicos.....	183
11.3	Os sistemas ou modelos de controle jurisdicional.....	186
11.4	O sistema de jurisdição dupla: contencioso administrativo.....	188
11.5	O sistema misto	192
11.6	O sistema de jurisdição una	193
11.7	O sistema brasileiro de controle jurisdicional da Administração.....	194
11.7.1	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário	195
11.7.2	Inexigência de esgotamento da via administrativa	197
11.7.3	Legitimação ativa	200
11.8	Controvérsias sobre alcance do controle jurisdicional: controle restrito e controle amplo.....	201
11.9	Atos de governo	207
11.10	Controle dos motivos	209
11.11	Controle do fim	211
11.12	Controle das políticas públicas.....	212
11.13	Consequências do controle jurisdicional.....	219
BIBLIOGRAFIA.....		221